

## **Casa da Bahia: Memória de alguns baianos, o IGHB e as modificações urbanas da cidade de Salvador na Primeira Republica.**

Ana Clara Farias Brito<sup>1</sup>

O presente trabalho aborda a urbanização da cidade de Salvador nos primeiros anos da republica destacando o papel do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ( IGHB) na construção do imaginário de civilização e modernidade abraçado por intelectuais baianos no período.

Os modelos que ganharam corpo com reformas sanitárias e arquitetônicas realizadas no Brasil nos primeiros anos do século XX nasceram no Brasil do século XIX e carregavam como expectativa as idéias de progresso e modernidade que surgiram na Europa. Enquanto no Rio de Janeiro, em 1902, eram observadas ações para desenvolver e civilizar o Estado, na cidade de Salvador, só no início da década de 1910, as modificações estéticas, normativas e nas relações de trabalho começavam ocupar espaço no centro urbano.

Nesse processo dinâmico, os intelectuais de Salvador mobilizavam-se para reabrir o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, espaço institucional criado no ano de 1894 que teve suas portas fechadas no ano de 1913 por conta de um incêndio. Tal procedimento coincidia com a ascensão de José Joaquim Seabra ao governo da Bahia que, com seus projetos modernizadores, promoveu melhoramentos no espaço urbano de Salvador. As transformações estéticas iniciadas no espaço da cidade em 1912 tinham a pretensão de se estender, paulatinamente, para os serviços urbanos, para a ordem pública e para os hábitos e costumes da população.

O afastamento de padrões coloniais se tornou a preocupação central dos organizadores da reforma urbana de Salvador. Para tanto, foram efetivadas modificações que introduziram novos modelos arquitetônicos. Imbuídos da ideologia do progresso. A elite baiana acreditava que a demolição do passado, concretizada através da derrubada de antigas igrejas e velhos casarios, resultaria na conquista da civilização. Assim as modificações na estética urbana eram operadas tendo em vista a perspectiva de criar uma nova cidade e novas sociabilidades, seguindo modelos estrangeiros.

---

<sup>1</sup> Professora Assistente da Universidade Estadual de Pernambuco.

Os planos e projetos de embelezamento da cidade foram além do alargamento de ruas e criação de avenidas. Os espaços públicos ganharam praças, monumentos e edifícios que simbolizavam a modernidade. Em 1915 foram inaugurados o Palácio do Governo e a Biblioteca Pública, o Edifício da Imprensa Oficial, o Instituto Normal, entre outros prédios. Tal incentivo dos poderes públicos na criação de novos espaços institucionais foi um grande estímulo à reconstrução do prédio que abrigava o IGHB.

O implemento ativo das modificações urbanas em Salvador alimentou entre as elites a esperança de que a civilização fizesse aqui sua entrada definitiva. O investimento no espaço físico da cidade precisava ser acompanhado de padrões europeus no cotidiano e na cultura, caracterizando assim de forma completa o conjunto da vida social na modernidade. Motivados por essa perspectiva, não só o governo do Estado contribuiu financeiramente para reconstruir o prédio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, como a elite baiana se mobilizou para recuperar a agremiação intelectual que se encaixava nos padrões culturais e científicos da Europa.

Acompanhamos que, de uma maneira geral, os letrados da cidade de Salvador contribuíram para as reformas da sede do IGHB, atingida por um incêndio em 1913, financeiramente, ou através de doação de material. Porém, o grupo que nos chamou a atenção nesse processo de mobilização foi, sem dúvida, o dos estudantes das Escolas Superiores de Salvador que se reuniam, com freqüência, na Faculdade de Medicina, com o intuito de planejar formas de arrecadação financeira para reabrir a agremiação.

A participação ativa destes jovens estudantes, no começo dos anos de 1913, evidencia mudanças que pretendiam “civilizar” a Bahia. Nessa mobilização organizaram quermesses, partidas de futebol, concertos musicais, festivais de cinema, chás beneficentes e palestras para a arrecadação de dinheiro, que seria utilizado na reconstrução do IGHB. Os locais destinados aos eventos destacavam as opções de lazer que começavam a surgir para a elite baiana com as remodelações do espaço urbano, e a adoção de hábitos considerados civilizados.

Segundo Raimundo Nonato da Fonseca, freqüentar as salas de projeção representava uma forma de lazer das mais importantes das senhorinhas e dos “almofadinhas” soteropolitanos. Junto ao cinema, estavam o teatro e os cafés. O *Five ‘o clock tea* foi uma modalidade de divertimento organizado por jovens baianos, as reuniões eram realizadas aos sábados e havia muita dança, além de conferências sobre temas diversos.

A julgar pelos espaços selecionados pelos estudantes das escolas superiores, podemos deduzir que o público que visavam atingir era sobretudo, moças e rapazes da elite baiana. O êxito dos eventos nos indica que a “mocidade”, como era tratada por Bernadino de Souza, interessava-se por instituições que reuniam o público letrado da cidade.

Com o apoio de grande parte dos letrados do Estado, em pouco mais de um ano, a instituição encontrava-se com as portas abertas, um período bastante curto, se comparado aos anos anteriores quando a agremiação havia solicitado ajuda para a sua manutenção, sem obter êxito.

Após ganhar prestígio como um espaço das letras, ponto de encontro e de debates entre intelectuais, os sócios do IGHB almejavam que a instituição se legitimasse na memória dos baianos como o espaço de representação das glórias e heróis de toda a Bahia. Para tanto, foi idealizado um novo prédio a ser inaugurado em 1923, ano destinado às comemorações da Independência Nacional na Bahia. A nova sede apelidada de “Casa da Bahia” tinha como objetivo representar todos os baianos, construindo assim um sentimento de identidade cívica, algo muito propício, tendo em vista o contexto de intensa insatisfação popular.

O acúmulo de situações desfavoráveis conhece seu ápice na gestão de Antônio Muniz, o sucessor de Seabra que assume o governo da Bahia entre os anos de 1916 a 1920. O aumento do custo de vida, decorrente, dentre outros fatores, da Primeira Guerra Mundial, faz crescer a insatisfação popular e política acarretando em manifestações contra a carestia e dando início a um período de intensas mobilizações populares. Em 1918, começa a greve dos professores baianos pagos pelo município, que estavam há dois anos sem receber seus vencimentos. A greve mobiliza toda a categoria, ficando as escolas fechadas de janeiro a setembro daquele ano.

Salvador presencia, em 1919, o maior movimento grevista de sua história, a paralisação contou com a participação de todos os grupos profissionais de empregados, exceto funcionários públicos e de escritórios. O movimento contou com participação massiva de pedreiros, auxiliares de pedreiros e carpinteiros que estavam sem receber salário e trabalhavam na construção da Biblioteca Pública e na Secretaria da Fazenda. Posteriormente, integraram o movimento grevista funcionários do transporte urbano, das estradas de ferro central da Bahia e São Francisco, das fábricas de tecidos entre

outros. Em pouco tempo, a greve se tornou geral e os trabalhadores deixam a capital baiana sem luz e transporte, o que paralisou a cidade por cinco dias.

Ao longo da Primeira República, inquietações produzidas pelas precárias condições de vida e de trabalho da população já se faziam presentes na capital baiana, greves, comícios, passeatas e violências coletivas pontilharam a História da cidade, sendo que, o grande movimento dos trabalhadores de Salvador foi nos anos de 1919 e 1921. Segundo Mario Santos, os fatores desta eclosão encontram-se na influência anarquista, nas condições econômicas e nos rumos assumidos pelas lutas oligárquicas regionais.

Na Bahia, na segunda década do século XX, a urbanização construída sobre as bases de uma economia ainda voltada apenas para a agricultura comercial, denunciava as limitações do seu projeto de modernidade e civilização. Este cenário desfavorável se constituiu como a base para a exaltação de um sentimento de identidade local. Ao tempo em que procurava identificar as vitórias da Bahia e dos baianos no passado, e assim dissociar os insucessos do presente, a incidência de um sentimento patriótico visava unir a população em torno de um objetivo maior, a Bahia, deixando de lado desentendimentos de ordem política ou econômica. Dentro do Estado, nenhum episódio traduzia melhor este sentimento cívico que a independência conquistada na Bahia no dia Dois de Julho de 1823, sendo, portanto, construídos em torno dele os referenciais “oficiais” do passado.

Os preparativos para a comemoração do centenário da independência da Bahia começaram ainda no ano de 1919, e as reuniões foram lideradas por sócios do IGHB. Na visão dos associados, a construção de um novo prédio para a agremiação se constituía como o ponto alto das homenagens à data cívica mais importante da Bahia. As comemorações do Dois de Julho seguiam o calendário nacional dos festejos referentes ao centenário da independência do Brasil que seria realizado em 1922. Mas os baianos reservaram o ano de 1923 para demonstrar o “Júblio da Bahia”, evidenciando os conflitos travados no Estado em busca da solidificação da independência nacional. Se o Sete de Setembro é comemorado pela história oficial como o marco fundador da independência do país, o Dois de Julho deveria ser celebrado como uma referência tanto para a História do Estado como para a História nacional.

Acontecimentos e fatos heróicos foram levantados por associados do Instituto que se dedicaram a escrever sobre a Independência da Bahia. Nos registros de Braz do Amaral,

Bernadino de Souza e de outros memorialistas baianos, a Bahia é identificada como a “mater dolorosa de onde nasceu a nossa grande pátria”<sup>48</sup>. Nessa direção, Rinaldo Leite aborda o Dois de Julho analisando a construção da Bahia como “heroína dos seios titânicos” e destaca que as narrativas do período dimensionavam excessivamente a heroicidade baiana ao evidenciar as “contas pagas com sangue” pelos combatentes de 1823, para prevenir a integralidade da pátria.

Diante dos significados desta comemoração para os baianos, os integrantes do IGHB instituem que a construção de um novo espaço para a agremiação, seria a melhor e mais concreta homenagem erigida para lembrar os acontecimentos de 1823, no ano de seu centenário. Nas palavras de Bernadino de Souza, além do novo espaço se caracterizar como “simbólico e duradouro”, seria o mais “expressivo e eloqüente” já que as incisivas lembranças se faziam presentes tanto nos discursos dos homens ilustres, como no registro oficial.

Percebe -se que havia, nesse exercício de lembrar e comemorar o maior símbolo da Bahia, uma tentativa de intelectuais e estudiosos em estabelecer uma relação direta entre o poder cívico do Dois de Julho e o poder letrado e científico interessado em construir uma identidade baiana através de um novo prédio apelidado de Casa da Bahia.

O Dois de Julho já havia se tornado ocasião festiva no calendário dos baianos desde 1824. Naquele ano, um cortejo com as autoridades locais, as bandas de música, os caboclos e os festeiros que seguiram cantando e dançando em homenagem ao dia, saíram do bairro da Lapinha, seguindo até o Terreiro de Jesus.

Os préstitos cívicos refaziam a entrada na cidade das tropas brasileiras que venceram os portugueses na luta pela independência em 1823. Algumas pessoas seguiam o cortejo, outras esperavam nas sacadas das casas, decoradas especialmente para o evento, saudavam a passagem dos caboclos, símbolos da independência, e das autoridades que homenageavam o dia<sup>53</sup>. Na opinião de jornalistas e articulistas do jornal *A Tarde*, para que os acontecimentos do dia Dois de Julho não fossem gradativamente apagados da memória dos baianos, era preciso mais do que festas comemorativas. Um novo prédio para o IGHB foi apontado como uma “expressão simbólica e perene” que, como “um cristal, transparente e rígido, corporificava as comemorações coletivas”.

A necessidade de “dar forma” às comemorações coletivas não se apresentava como uma novidade entre a elite baiana, principalmente no que dizia respeito à mais importante de

suas datas cívicas. Desde 1895, quando foi inaugurado no Campo Grande o monumento dos caboclos, os letrados tentavam ensinar o “povo a ser povo”<sup>54</sup>, neste ano, em específico, a elite buscava reordenar os festejos, que consistiam em acompanhar os carros com os caboclos pelas ruas da cidade. A medida tinha como finalidade promover uma visita “ordeira” da população ao monumento construído na praça, símbolo da urbanização na Bahia, evitando, assim, as danças e batuques freqüentemente realizados em todo o cortejo.

Entretanto, a presença do monumento no Campo Grande não extinguiu de imediato o desfile dos caboclos, apenas em 1914 o cortejo foi retirado das comemorações do Dois de Julho organizadas pelo IGHB. No entanto, a exclusão do desfile das comemorações oficiais não significou o seu fim definitivo. No ano de 1915, por iniciativa dos moradores, os caboclos desfilaram à noite pelo distrito da Lapinha reunindo um grande número de pessoas<sup>55</sup>. O desejo de evitar que os caboclos percorressem as ruas da cidade trazendo com eles os populares e suas formas “incivilizadas” de comemorar a independência, apenas se concretizou em 1918 quando, sob a guarda do IGHB, os caboclos foram retidos em um barracão.

Em 1917, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia tomou a iniciativa de “zelar pelos emblemas” tomando as alegorias a seus cuidados. Em 5 de Julho daquele ano os carros dos caboclos foram entregues ao IGHB por uma comissão popular presidida por Cosme de Farias no Largo da Lapinha<sup>56</sup>. A principal iniciativa de “proteção” aos caboclos, efetivada pelos novos guardiões, foi uma reforma que transformou o espaço destinado a abrigá-los em um pavilhão onde foi organizado o Museu da Independência.

A antiguidade dos caboclos e seu estado de conservação foram usados como pretexto para impedir seu desfile nas ruas de Salvador em ocasião das comemorações do dia Dois de Julho, sendo o cortejo substituído por visitas à Lapinha e aos símbolos da independência.

Sob a desculpa de “zelar” pelo patrimônio, os letrados encerraram os caboclos em um museu e impuseram modificações na celebração da festa

Entregue à proteção do IGHB em 1917, os caboclos ganharam uma “nova casa” em 1918. O projeto do museu idealizado pelos letrados contou com a ajuda financeira da população baiana, uma vez que a agremiação não dispunha de dinheiro suficiente para a

concretização das obras. A iniciativa de tornar o projeto idealizado pelos letrados uma realização coletiva, na qual pobres, ricos, negros ou brancos pudessem contribuir de alguma forma, incitou um sentimento patriótico entre os baianos e mascarou os principais objetivos estabelecidos por sócios e direção do Instituto que, neste caso, se configurou no veto à circulação dos caboclos pelas ruas da cidade.

Wlamyra Albuquerque interpreta a adesão popular às obras do pavilhão como algo que vai além da demonstração de sentimentos patrióticos. A devoção ao caboclo como um ser encantado, representante da entidade do candomblé, em sua visão, era o que realmente impulsionava alguns populares a colaborar, tendo em vista a grande perseguição aos terreiros neste período<sup>58</sup>.

Para além da discussão sobre os motivos que impulsionam o patriotismo popular, a nosso ver, o que permeou a iniciativa dos letrados do período foi a necessidade de disciplinar a população e homogeneizar suas formas de manifestação cívica, assim como o desejo de preservar o seu lugar de destaque na hierarquia social. Na segunda metade do século XX os intelectuais buscavam associar a edificação de um espaço institucional com a construção de um passado que pudesse representar todos os baianos. Longe de ter sido algo imediato, esta associação foi sendo construída ao longo do tempo, pela elite baiana.

Aliado a esse comprometimento, a atitude de arrecadar fundos através de “subscrição popular”<sup>59</sup>, ou seja, através do estímulo para contribuições em favor de “obras beneficentes” foi enfaticamente lembrada no discurso de reabertura do IGHB e tornou-se a marca registrada de Bernadino, que empregou a mesma prática em outros momentos<sup>60</sup>. Em 1918, por exemplo, a população baiana foi sensibilizada a ajudar na reforma e ampliação do pavilhão que abrigava os caboclos, símbolo maior das comemorações do Dois de Julho.

É importante notar que esse procedimento repetidamente utilizado pelo IGHB trazia consigo valores implícitos que extrapolavam a doação de dinheiro. No caso em questão, era o sentimento cívico, a identidade baiana que estava sendo incitada por integrantes de sua elite. A finalidade era atingir o imaginário popular e recriá-lo dentro dos valores elitistas.

De acordo com José Murilo de Carvalho, por meio do imaginário, podemos atingir não apenas a cabeça, mas de modo especial o coração, isto é, as aspirações, os medos e as

esperanças de um povo. Através dele é possível definir os inimigos, assim como organizar o passado, presente e futuro<sup>61</sup>. Tais definições eram importantes nas primeiras décadas do século XX em Salvador, tendo em vista tanto a imagem depreciada que a Bahia ainda carregava no cenário nacional, quanto o contexto de insatisfações populares marcadas, inclusive, por manifestações grevistas.

Neste sentido, a edificação da “Casa da Bahia” foi um acontecimento singular no que se referia à tentativa de impressão de valores e símbolos na memória dos baianos. Podemos iniciar a reflexão do momento pelo qual a cidade passava lançando a discussão sobre o título escolhido para representar a nova sede. Embora nunca tivesse oficialmente trocado de nome, o projeto de construção do novo espaço deixava de lado a referência tradicional ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e procurava associar a agremiação à “Casa da Bahia”, uma denominação sucinta, porém bastante expressiva, que nos proporciona indícios relativos com relação aos objetivos presentes na construção do novo prédio.

A direção do Instituto tentava relacionar a sede a um local aberto à coletividade, a denominação de “Casa” trazia referências à família, diferente da “rua”, espaço ainda destinado ao sexo masculino. Nessa acepção, “Casa” era o local de inclusão, da convivência entre homens, mulheres e crianças.

Assim, podemos depreender que a Instituição procurava associar sua construção do passado a uma História de segmentos mais amplos da sociedade e, para dar mais ênfase a esta iniciativa, convocava os baianos a participarem desta empreitada, fosse com doações em dinheiro, objetos / materiais, ou trabalho. Cada ajuda recebida era associada a um tijolo, metáfora que tinha o intuito de demonstrar tanto a coletividade da realização da obra quanto à responsabilidade individual no levantamento dos alicerces da “Casa de todos os baianos”.

Os pedidos de ajuda para construir a nova sede extrapolaram a capital e foram em direção a municípios do interior da Bahia. Com o intuito de pedir auxílio financeiro e de integrar baianos que residiam fora de Salvador, a iniciativa congregava a proposta de erguer um monumento que representasse não só os soteropolitanos, mas pessoas de toda a Bahia, logo os associados do IGHB realizaram excursões por seu interior. A “embaixada do Instituto Histórico”, como foi denominada a comitiva, percorreu

municípios como Cachoeira, São Félix, Muritiba, São Gonçalo, Canavieiras, Belmonte e Ilhéus.

O projeto dos festejos foi conduzido pelo historiador Braz do Amaral, pelo romancista Xavier Marques, o engenheiro Teodoro Sampaio, o médico Pimenta da Cunha e o advogado Bernadino de Souza que, juntos integravam a comissão executiva responsável pela organização e divulgação do “Centenário da independência na Bahia”. A julgar pela antecedência com que deram início às reuniões, 1919, podemos avaliar a magnitude esperada para o evento. Na visão da comissão organizadora, o Dois de Julho de 1923 seria o centenário da “redenção baiana<sup>79</sup>”. Desta forma, a celebração da data pretendia atrair pessoas de todo o país. Para recebê-las foram implantadas ações que pretendiam denotar aos visitantes a beleza e a modernidade que começava a se destacar no centro urbano da cidade de Salvador. Neste aspecto, a circulação de pessoas e mercadorias e a estética da cidade foram requisitos pensados com antecedência pela comissão organizadora, todos, integrantes da diretoria do IGHB. Foram feitos pequenos reparos na imperfeita intervenção urbana realizada por J. J. Seabra, a exemplo de entulhos, materiais de construção e ruínas de algumas obras que obstruíam as ruas e demonstravam os limites das remodelações urbanas na cidade de Salvador.

A comissão programou ainda, a inauguração de pedras fundamentais e de monumentos com o intuito de evidenciar a continuidade dos melhoramentos na cidade. Em 1923 foram inaugurados o Palácio do Congresso, o Palácio da Justiça e a pedra fundamental do monumento ao Visconde de Cairu. Foram também inauguradas algumas obras como o Gabinete de Patologia Vegetal, reforma do Hospício São Judas Tadeu e o monumento a Castro Alves. Mas a inauguração da “Casa da Bahia” foi sem dúvida o maior evento dos festejos do centenário. Nas comemorações de 1923 era necessário demonstrar a beleza dos cenários, a ordem da cidade, o grau de civilidade do povo e, principalmente, afastar da Bahia qualquer resquício tido como “provinciano”. O desfile cívico-militar em homenagem aos heróis foi acompanhado de exposição de produtos baianos no Palácio do Rio Branco, de procissão marítima com a imagem do Senhor do Bonfim, além de homenagens de agremiações intelectuais. A presença de jornalistas e de autoridades de todo o Brasil fez as comemorações se voltarem para a tentativa de causar boa impressão diante do país. Além da parada cívica e da procissão

marítima, uma exposição de produtos baianos e a inauguração da Casa da Bahia completavam as atividades da festa.

A exposição de produtos baianos foi realizada no Palácio do Rio Branco. O prédio, um dos símbolos das remodelações urbanas de J. J. Seabra, permaneceu todo iluminado, denotando a modernidade na sua aparência e trazendo, no seu interior, produtos da “riqueza econômica da Bahia” a fim de aumentar a aceitação dos produtos no mercado do Sul do país. Foram expostos produtos diversos, além dos tradicionais produtos agrícolas como a farinha, o cacau e o café, minerais, produtos da fauna e a flora da Bahia, foram apresentados, produtos farmacêuticos e industriais diversos, incluindo a madeira e a borracha, sendo reservado o salão nobre para a indústria do fumo. Tiveram espaço também trabalhos de tipografia, fotografia e pintura<sup>84</sup>. Tal exposição procurou desmistificar a idéia de atraso econômico da Bahia uma vez que, levou ao público não só produtos agrícolas mas também a produção industrial.

Embora ainda não tivesse galgado um desenvolvimento industrial e econômico comparável com o Rio de Janeiro ou São Paulo, apresentar algumas indústrias e produtos desconhecidos dos sulistas, como a riqueza de alguns minérios, tinha a intenção de diversificar os produtos comerciáveis com estes Estados. Se a exposição realizada no Palácio do Rio Branco tinha como propósito evidenciar a diversidade dos produtos baianos, a inauguração da Casa da Bahia cumpria o papel de demonstrar o destaque acadêmico e intelectual do Estado para todo o país.

As homenagens acadêmicas ao centenário da independência do Brasil na Bahia foram dignas de extenso calendário. Antes das solenidades nas academias, foi impressa uma revista de memórias, versando sobre a influência da Bahia no domínio intelectual, científico e artístico ao longo dos cem anos<sup>85</sup>. Sessões solenes foram organizadas no Gabinete Português de Leitura, na Academia Manoel Vitorino. Na Faculdade de Medicina, reuniram-se ainda os acadêmicos da Faculdade de Direito e Politécnica em comemoração ao Dois de Julho.

A inauguração da Casa da Bahia foi o grande acontecimento que marcava o lugar dos intelectuais, o novo espaço das letras localizava-se na Avenida Sete de Setembro, eixo central das intervenções urbanas em Salvador. A obra foi o resultado da remodelação e alargamento de várias ruas e vielas que se estendem da Praça Castro Alves até o Farol

da Barra e da demolição de importantes edifícios da cidade, entre eles, a Igreja de São Pedro Velho e parte da Igreja do Rosário.

Em Salvador a Avenida Sete era o símbolo da destruição da “velha cidade colonial”, que abriu espaço para montar uma nova estrutura urbana. Inaugurar uma instituição cultural, enfatizando sua modernidade, era mais uma tentativa de anular as referências do seu passado.

A criação da nova sede do IGHB, agora chamada de Casa da Bahia, teve destaque na programação e contou com a presença de autoridades Federais, Estaduais e Municipais, incluindo um representante do Presidente da República. O espaço que reunia as características de modernidade na sua estética, embora tenha sido erguido em homenagem ao passado, pretendia ser também um centro cultural civilizado, digno de compará-lo aos centros do Sul e a prova disto era a mudança na sua presidência.

Teodoro Sampaio, o renomado engenheiro passou a figurar como o responsável por apresentar e representar o IGHB ou, mais precisamente, a “Casa da Bahia”. Em seu discurso retoma a importância da ciência, dos estudos geológicos e geográficos na Bahia como forma de alcançar o progresso econômico, igualar-se ao desenvolvimento do Sul, haja vista que os seus homens, grandes estadistas e oradores, já faziam jus à “honra” e “glória” de toda a Bahia. A inserção da ciência em sua fala, elevando-a, ainda, a uma condição de alargadora do amor a Pátria, evidencia como Sampaio priorizava o conhecimento científico e como iria direcionar as ações dentro do IGHB.

Aqui, percebemos uma retomada de questões trazidas pela agremiação em 1894, ano de sua fundação. O foco em artigos e matérias que versavam sobre a geologia e a geografia da Bahia e a concentração nestes estudos como a metodologia utilizada em prol da conquista do desenvolvimento do Estado, se afastou do discurso e das práticas dos integrantes do IGHB. No decorrer do século XX, a agremiação amplia as funções de seu espaço e diversifica as suas propostas de alcance da modernidade e civilização.

A nomeação e posse de Teodoro Sampaio no dia das comemorações ao centenário da independência e da inauguração da “Casa da Bahia” coroam as atividades da festa que tinha como real propósito rerepresentar a Bahia para o país, destacando os seus símbolos do passado, mas, sobretudo, enfatizando a possibilidade de sua integração com os modelos de progresso do presente, ou seja, a estética moderna e a civilização cultural.

Se nos ativermos à dualidade entre o antigo e o moderno, tomando como contexto a Bahia dos anos de 1920, algumas reflexões podem ser feitas sobre o processo de construção do Instituto Histórico na Avenida Sete de Setembro. Uma delas é a associação do novo espaço do IGHB, agora chamado de Casa da Bahia, com um monumento em homenagem ao Dois de Julho. Apesar de todo o desejo dos baianos de elite em abandonar o passado, identificado com o atraso, e, portanto, com a anticivilidade, é um acontecimento dos tempos imperiais que referencia o novo espaço cultural da cidade.

As lembranças sobre um evento acontecido no Império não eram compartilhadas por outros Estados do país, alguns deles preferiam as lutas pela República para relacionar à idéia de liberdade<sup>88</sup>. Na Bahia, a inserção nos padrões de modernidade não significou uma anulação das referências imperiais, tendo em vista se configurar neste período os seus “tempos de glória”.

Desta forma, as categorias de moderno e arcaico definidas nas primeiras décadas do século XX não puderam ser compartilhadas de forma estanque por todas as capitais do país, onde os modelos procuraram ser seguidos, tendo em vista contextos econômicos, políticos e culturais diferenciados. Na Bahia, ou mais especificamente em sua capital Salvador, algumas estratégias ambíguas de inserção na modernidade e preservação do prestígio foram aqui delineadas desde os anos iniciais do século XX.